

ATA NÚMERO 316/XII/4.^a SL

Aos vinte e nove dias do mês de outubro de 2014, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, na sala 5 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 314 e 315, referentes às reuniões de 21 e 22 de outubro, respetivamente.
2. Apreciação e votação do parecer ao Projeto de Lei n.º 541/XII/3.^a (PCP) – Garante a manutenção e o vínculo efetivo dos profissionais de saúde no Serviço Nacional de Saúde.
Autora do parecer: Senhora Deputada Elsa Cordeiro (PSD).
3. Apreciação e votação do parecer ao Projeto de Lei n.º 635/XII/3.^a (PCP) – Manutenção do pagamento das horas de qualidade aos profissionais de saúde.
Autora do parecer: Senhora Deputada Elsa Cordeiro (PSD).
4. Discussão e votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 249/XII/4.^a (GOV) - Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de novembro, transpondo a Diretiva n.º 2014/86/UE, do Conselho, de 8 de julho de 2014, que altera a Diretiva 2011/96/UE relativa ao regime fiscal comum aplicável às sociedades-mães e sociedades afiliadas de Estados-Membros diferentes, adequando ainda o regime especial de tributação de grupos de sociedades à jurisprudência recente do Tribunal de Justiça da União Europeia.
5. Apreciação e votação do relatório final sobre a Proposta de Lei n.º 253/XII/4.^a (GOV) – Aprova as Grandes Opções do Plano para 2015.
Relatora: Senhora Deputada Elsa Cordeiro (PSD).
6. Apreciação e votação do relatório final sobre a Proposta de Lei n.º 254/XII/4.^a (GOV) – Aprova o Orçamento do Estado para 2015.
Relatora: Senhora Deputada Conceição Bessa Ruão (PSD).

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

7. Distribuição, para elaboração de parecer, da Proposta de Lei n.º 256/XII/4.^a (GOV) -
Procede à reforma da tributação das pessoas singulares, orientada para a família, para a simplificação e para a mobilidade social, alterando o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, o Código do Imposto do Selo, o Estatuto dos Benefícios Fiscais, a Lei Geral Tributária, o Código de Procedimento e de Processo Tributário, e o Decreto-Lei n.º 26/99, de 28 de janeiro.
Autor(a) do parecer: Cabe ao Grupo Parlamentar do PS.
8. Distribuição, para elaboração de parecer, da Proposta de Lei n.º 257/XII/4.^a (GOV) -
Procede à alteração das normas fiscais ambientais nos sectores da energia e emissões, transportes, água, resíduos, ordenamento do território, florestas e biodiversidade, introduzindo ainda um regime de tributação dos sacos de plástico e um regime de incentivo ao abate de veículos em fim de vida, no quadro de uma reforma da fiscalidade ambiental.
Autor(a) do parecer: Cabe ao Grupo Parlamentar do CDS-PP.
9. Definição da metodologia de apreciação da Proposta de Lei n.º 256/XII/4.^a (GOV) -
Procede à reforma da tributação das pessoas singulares, orientada para a família, para a simplificação e para a mobilidade social, alterando o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, o Código do Imposto do Selo, o Estatuto dos Benefícios Fiscais, a Lei Geral Tributária, o Código de Procedimento e de Processo Tributário, e o Decreto-Lei n.º 26/99, de 28 de janeiro.
10. Definição da metodologia de apreciação da Proposta de Lei n.º 257/XII/4.^a (GOV) -
Procede à alteração das normas fiscais ambientais nos sectores da energia e emissões, transportes, água, resíduos, ordenamento do território, florestas e biodiversidade, introduzindo ainda um regime de tributação dos sacos de plástico e um regime de incentivo ao abate de veículos em fim de vida, no quadro de uma reforma da fiscalidade ambiental.
11. Apreciação e votação do relatório sobre a Petição n.º 400/XII/3.^a – Solicita alteração do regime fiscal (artigo 5º do CIRS) de amortização de obrigações.
Relator: Senhor Deputado Fernando Virgílio Macedo (PSD).
12. Deliberação sobre a admissibilidade da Petição n.º 435/XII/4.^a – Pretende que o Subsídio de Natal 2015 seja pago numa única prestação.
Relator(a): Cabe ao Grupo Parlamentar do PS.

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

13. Fixação da redação final do Projeto de Resolução n.º 1143/XII/4.^a (PS) – Desencadear um processo parlamentar de audição pública para avaliação do impacto da dívida pública e das soluções para o problema do endividamento.
14. Distribuição de iniciativas europeias.
15. Outros assuntos.

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 314 e 315, referentes às reuniões de 21 e 22 de outubro, respetivamente.

As [atas n.ºs 314 e 315](#), referentes às reuniões de 21 e 22 de outubro, respetivamente, foram aprovadas por unanimidade, verificando-se a ausência do BE.

- 2. Apreciação e votação do parecer ao Projeto de Lei n.º 541/XII/3.^a (PCP) – Garante a manutenção e o vínculo efetivo dos profissionais de saúde no Serviço Nacional de Saúde.**
Autora do parecer: Senhora Deputada Elsa Cordeiro (PSD).
- 3. Apreciação e votação do parecer ao Projeto de Lei n.º 635/XII/3.^a (PCP) – Manutenção do pagamento das horas de qualidade aos profissionais de saúde.**
Autora do parecer: Senhora Deputada Elsa Cordeiro (PSD).

A Senhora Deputada Elsa Cordeiro apresentou o parecer ao [Projeto de Lei n.º 541/XII/3.^a \(PCP\)](#), sublinhando o objeto da iniciativa e as conclusões constantes do parecer. De seguida, atenta a conexão de matérias, apresentou o parecer ao [Projeto de Lei n.º 635/XII/3.^a \(PCP\)](#), dando igualmente nota das propostas do proponente e das conclusões do parecer.

Em sede de debate, usaram da palavra os Senhores Deputados Paulo Sá (PCP) e João Galamba (PS), que saudaram a autora dos pareceres.

Não se registando intervenções adicionais, os pareceres foram votados e aprovados por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

- 4. Discussão e votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 249/XII/4.^a (GOV) – Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de novembro, transpondo a**

Diretiva n.º 2014/86/UE, do Conselho, de 8 de julho de 2014, que altera a Diretiva 2011/96/UE relativa ao regime fiscal comum aplicável às sociedades-mães e sociedades afiliadas de Estados-Membros diferentes, adequando ainda o regime especial de tributação de grupos de sociedades à jurisprudência recente do Tribunal de Justiça da União Europeia.

O Senhor Presidente recordou as propostas de alteração apresentadas e a subsequente distribuição do guião de votações da [Proposta de Lei n.º 249/XII/4.ª \(GOV\)](#), ocorrida na véspera.

O Senhor Deputado João Galamba (PS) interveio para solicitar o adiamento da discussão e votação, na especialidade, da proposta de lei em apreço, atenta a profundidade das propostas de alteração apresentadas, que vão muito além do teor inicial do diploma, solicitando ainda a audição do Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais.

Usou, de seguida, da palavra o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP), que suscitou, igualmente, dúvidas sobre o teor das propostas de alteração, atento o objeto da proposta de lei em discussão, dando nota que não obstará a uma audição com o Governo para apresentação e discussão das referidas propostas de alteração.

A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) deu nota do objetivo de clarificação de redação e de questões técnicas subjacente às propostas de alteração apresentadas, não obstando ao adiamento da discussão e votação na especialidade e da realização da audição proposta.

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) subscreveu a intervenção anterior, apontando sugestões para a realização da audição proposta, de modo a garantir a votação final global do diploma a 25 de novembro.

Em sede de debate quanto à proposta de data para o agendamento da audição, ficou definida a proposta de 13 de novembro para a realização da audição e o dia 20 de novembro para a discussão e votação na especialidade.

5. Apreciação e votação do relatório final sobre a Proposta de Lei n.º 253/XII/4.ª (GOV) – Aprova as Grandes Opções do Plano para 2015.

Relatora: Senhora Deputada Elsa Cordeiro (PSD).

A Senhora Deputada Elsa Cordeiro (PSD) apresentou o relatório final sobre a [Proposta de Lei n.º 253/XII/4.ª \(GOV\)](#), dando nota das principais disposições da iniciativa e da atualização face

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

a idêntico documento do ano anterior, recordando ainda o teor do parecer do Conselho Económico e Social emitido em sede de trabalhos preparatórios do diploma.

Em sede de debate, usou da palavra o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) que saudou a relatora, sublinhando a referência ao parecer do CES e às críticas dele constantes. Também o Senhor Deputado Pedro Filipe Soares (BE) interveio para saudar a relatora.

Não se registando intervenções adicionais, o relatório foi submetido a votação e aprovado com os votos favoráveis de PSD, PS e CDS-PP e as abstenções de PCP e BE.

6. Apreciação e votação do relatório final sobre a Proposta de Lei n.º 254/XII/4.^a (GOV) – Aprova o Orçamento do Estado para 2015.

Relatora: Senhora Deputada Conceição Bessa Ruão (PSD).

A Senhora Conceição Bessa Ruão (PSD) apresentou o relatório final sobre a [Proposta de Lei n.º 254/XII/4.^a \(GOV\)](#), sublinhando os principais aspetos do relatório e das conclusões dele constantes.

Em sede de debate, começou por intervir o Senhor Deputado Pedro Filipe Soares (BE), que saudou a relatora e o trabalho desenvolvido, questionando quanto à inserção, no diploma, da quantificação dos cortes nas prestações sociais e de introdução de um teto na sua atribuição, dando nota que a posição em termos de votação do documento se consubstanciava, fundamentalmente, no teor político da proposta de lei.

De seguida, usou da palavra o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP), que saudou igualmente a relatora, considerando que, apesar de não constar do relatório a opinião da relatora, esta se encontrava subjacente ao longo do documento, pelas opções de inserção ou não de algumas referências, dando nota de alguns exemplos.

Usou, ainda, da palavra o Senhor Deputado João Galamba (PS), que cumprimentou a relatora e subscreveu algumas dúvidas suscitadas nas intervenções anteriores, termos em que deu nota do sentido de voto do Grupo Parlamentar.

Interveio, também, o Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD), que cumprimentou a relatora e o trabalho efetuado, manifestando o voto favorável do Grupo Parlamentar ao documento.

Usou, adicionalmente, da palavra a Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP), que saudou também a relatora e o esforço efetuado.

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

Por fim, o Senhor Presidente da Comissão cumprimentou a relatora e recordou os pareceres remetidos pelas diversas Comissões parlamentares, após o que submeteu o relatório da COFAP a votação, tendo este sido aprovado com os votos favoráveis de PSD e CDS-PP, contra de PCP e BE e a abstenção do PS.

- 7. Distribuição, para elaboração de parecer, da Proposta de Lei n.º 256/XII/4.ª (GOV)**
- **Procede à reforma da tributação das pessoas singulares, orientada para a família, para a simplificação e para a mobilidade social, alterando o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, o Código do Imposto do Selo, o Estatuto dos Benefícios Fiscais, a Lei Geral Tributária, o Código de Procedimento e de Processo Tributário, e o Decreto-Lei n.º 26/99, de 28 de janeiro.**

Autor(a) do parecer: Cabe ao Grupo Parlamentar do PS.

O Grupo Parlamentar do PS indicou o Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) como autor do parecer da Comissão à [Proposta de Lei n.º 256/XII/4.ª \(GOV\)](#).

- 8. Distribuição, para elaboração de parecer, da Proposta de Lei n.º 257/XII/4.ª (GOV)**
- **Procede à alteração das normas fiscais ambientais nos sectores da energia e emissões, transportes, água, resíduos, ordenamento do território, florestas e biodiversidade, introduzindo ainda um regime de tributação dos sacos de plástico e um regime de incentivo ao abate de veículos em fim de vida, no quadro de uma reforma da fiscalidade ambiental.**

Autor(a) do parecer: Cabe ao Grupo Parlamentar do CDS-PP.

O Grupo Parlamentar do CDS-PP indicou a Senhora Deputada Vera Rodrigues (CDS-PP) como autora do parecer da Comissão à [Proposta de Lei n.º 257/XII/4.ª \(GOV\)](#).

- 9. Definição da metodologia de apreciação da Proposta de Lei n.º 256/XII/4.ª (GOV)** -
Procede à reforma da tributação das pessoas singulares, orientada para a família, para a simplificação e para a mobilidade social, alterando o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, o Código do Imposto do Selo, o Estatuto dos Benefícios Fiscais, a Lei Geral Tributária, o Código de Procedimento e de Processo Tributário, e o Decreto-Lei n.º 26/99, de 28 de janeiro.

**10. Definição da metodologia de apreciação da Proposta de Lei n.º 257/XII/4.ª (GOV) -
Procede à alteração das normas fiscais ambientais nos sectores da energia e
emissões, transportes, água, resíduos, ordenamento do território, florestas e
biodiversidade, introduzindo ainda um regime de tributação dos sacos de
plástico e um regime de incentivo ao abate de veículos em fim de vida, no quadro
de uma reforma da fiscalidade ambiental.**

A Comissão apreciou, conjuntamente, os pontos 9 e 10 da Ordem do Dia, atentos os prazos indicativos de apreciação das propostas de lei n.º [256/XII/4.ª \(GOV\)](#) e [257/XII/4.ª \(GOV\)](#).

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) recordou a audição do Governo sobre fiscalidade verde, já aprovada anteriormente na Comissão, defendendo ainda a audição da Comissão de Reforma do IRS, à semelhança do realizado em sede da reforma do IRC e da fiscalidade verde. Concluiu manifestando o empenho em que os diplomas entrem em vigor em 1 de janeiro de 2015, devendo o processo legislativo na Assembleia da República terminar no início de dezembro.

Em sede de debate, o Senhor Presidente da Comissão recordou o calendário de trabalhos da COFAP e, quanto à entrada em vigor das iniciativas, recordou também a norma em matéria de produção de efeitos prevista nos diplomas, que salvaguarda uma possível entrada em vigor após o início de 2015.

Interveio, de seguida, o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP), que defendeu que os diplomas deveriam ter dado entrada mais cedo na Assembleia da República, não devendo ter um processo de apreciação paralelo ao do Orçamento do Estado, de modo a permitir uma análise aprofundada. Neste sentido, manifestou desacordo à realização de audições durante o período orçamental, dando acordo à realização de um número mais reduzido de audições.

Usou da palavra, de seguida, o Senhor Deputado Pedro Filipe Soares (BE), que recordou a má experiência do ano anterior em sede de trabalhos do IRC e a retificação de grande dimensão efetuada à Lei, considerando que a Assembleia da República não deve sofrer pressão de aceleração dos trabalhos, dado que tal não valoriza nem dignifica o trabalho da Comissão.

O Senhor Deputado João Galamba (PS) suscitou dúvidas quanto à apreciação conjunta dos diplomas, defendendo que as audições se realizassem após a discussão do OE.

A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) defendeu a análise aprofundada, recordando que o Governo poderia ter inserido os dois diplomas em sede de OE. Defendeu, ainda, a entrada em vigor dos diplomas a 1 de janeiro de 2015, atenta a sua importância.

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) subscreveu a intervenção anterior, defendendo a apreciação dos diplomas conjuntamente com o OE, atentas as suas implicações orçamentais, após o que apresentou propostas de calendarização de audições.

Não se registando consenso, foram propostas – com desacordo de PS e BE e a abstenção do PCP – as datas de 11 de novembro para a audição da Comissão de Reforma do IRS, e de 17 de novembro para as audições o Governo (Ministra das Finanças e Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia) sobre a reforma do IRS e a reforma da Fiscalidade Verde, devendo ser convidadas, para esta última, as Comissões conexas. Sobre as grelhas de tempos, foram definidas as habituais, com tentativa de realização de duas rondas de intervenções.

11. Apreciação e votação do relatório sobre a Petição n.º 400/XII/3.^a – Solicita alteração do regime fiscal (artigo 5º do CIRS) de amortização de obrigações.

Relator: Senhor Deputado Fernando Virgílio Macedo (PSD).

O presente ponto da Ordem do Dia foi adiado para a reunião ordinária seguinte da Comissão.

12. Deliberação sobre a admissibilidade da Petição n.º 435/XII/4.^a – Pretende que o Subsídio de Natal 2015 seja pago numa única prestação.

Relator(a): Cabe ao Grupo Parlamentar do PS.

A Comissão deliberou admitir a [Petição n.º 435/XII/4.^a](#), tendo o Grupo Parlamentar do PS indicado o Senhor Deputado Ivo Oliveira (PS) como relator da Petição.

13. Fixação da redação final do Projeto de Resolução n.º 1143/XII/4.^a (PS) – Desencadear um processo parlamentar de audição pública para avaliação do impacto da dívida pública e das soluções para o problema do endividamento.

A redação final do [Projeto de Resolução n.º 1143/XII/4.^a \(PS\)](#) foi aprovada por unanimidade, tendo o Senhor Presidente dado nota que agendaria para a primeira reunião da Comissão após o final da apreciação do Orçamento do Estado a análise sobre o modo de concretização da Resolução, atentas as competências da COFAP.



Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

14. Distribuição de iniciativas europeias.

Os Senhores Deputados tomaram conhecimento de um conjunto de iniciativas europeias remetidas à Comissão.

15. Outros assuntos.

O Senhor Deputado Pedro Filipe Soares (BE) solicitou o envio ao Governo de um conjunto de questões suscitadas pela AHRESP no âmbito da audição desta Associação enquanto subscritores da Petição n.º 428/XII/4.^a, tendo havido anuência para esse efeito.

A reunião foi encerrada às 11:38 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 29 de outubro de 2014

**O PRESIDENTE,
EDUARDO CABRITA**

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Afonso Oliveira
Carlos Santos Silva
Cecília Meireles
Cristóvão Crespo
Duarte Pacheco
Eduardo Cabrita
Elsa Cordeiro
Fernando Virgílio Macedo
Isabel Santos
João Galamba
João Paulo Correia
Jorge Paulo Oliveira
José de Matos Rosa
Paulo Sá
Pedro Filipe Soares
Pedro Nuno Santos
Vera Rodrigues
Artur Rêgo
Conceição Bessa Ruão
Ivo Oliveira
Nuno Serra
Pedro Pimpão

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Sónia Fertuzinhos
Vieira da Silva

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Nuno Reis